



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2021 - SEMSA

Processo Nº: 085/2021
 Dispensa de Licitação Nº 026/2021
 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ
 Contratada: THORRES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
 CNPJ nº: 29.914.061/0001-46
 Objeto: à contratação de empresa para aquisição e fornecimento de material de higiene e limpeza diversos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, da Prefeitura Municipal de Cantá/RR
 Projeto/Atividade: 10.301.0030
 Ação: 6008
 Fonte de Recursos: PMAQ

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

VALOR TOTAL ESTIMADO DA DESPESA: R\$17.022,25 (dezesete mil, vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).
 Vigência: O prazo de vigência deste Contrato será até 31 de dezembro de 2021, contados a partir da data de sua assinatura.
 Data de Assinatura: 25 de outubro de 2021.

Cantá - RR, em 25 de outubro de 2021.

ALEX LIMA DA SILVA
 Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
 Jamilly dos Santos Silva
Código Identificador:D43F1606

GABINETE
LEI Nº 359/2021, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021.

ALTERA ANEXOS DE METAS DO PLANO PLURIANUAL - PPA 2017/2021, PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2021 E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2021, PARA O RECURSO ORIUNDO DE REPASSE ESTADUAL PARA A CONSTRUÇÃO DE POLICLÍNICA.

OPrefeito Municipal de Cantá, Estado de Roraima, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Cantá, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - No anexo de Metas do PPA 2017/2021, aprovado pela Lei nº 307/2017, referente ao Programa 0034 – ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, fica acrescida na Ação nº 6034- CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POLICLÍNICA.

Art.2º - No anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021, aprovado pela Lei nº 338/2020 referente ao Programa 0034 – ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, fica incluída na Ação nº 6034- CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POLICLÍNICA.

Art.3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar os valores na ação 6034- CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POLICLÍNICA, incluir os valores na LDO 2021 e abrir crédito adicional especial no orçamento de 2021 do Município o valor de R\$ 1.935.418,36 (Um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta e seis centavos), no programa e verba abaixo discriminada, a saber:

6	FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
060402	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- RECURSO DO SUS	
10	Saúde	
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
10 302 0034	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
10 302 0034 6034 0000	CONSTRUÇÃO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE POLICLÍNICA	
395	4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
	1.213.00 310.0001 SAÚDE ESTADO	1.935.418,36
TOTAL ORÇAMENTARIO		1.935.418,36

Art.4º - O recurso para abertura do crédito adicional especial, de que trata o artigo anterior, é decorrente de transferências do Governo Estadual ao município de Cantá/RR para custear a Construção de Policlínica.

Art.5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de outubro de 2021.

ANDRÉ LUIS COSTA DE CASTRO
 Prefeito Municipal

Publicado por:
 Aubelucia Ferreira de Sousa
Código Identificador:0C575060

GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 077/2021 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2021

O Prefeito Municipal de Cantá-RR, Estado do Roraima, Sr. André Luís Costa de Castro, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial SRP nº. 024/2021 que transcorreu de forma regular, em obediência à legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo. Considerando, ainda, que os documentos acostados aos autos demonstram que foram respeitados todos os ritos legais nos termos do Art. 1º e 4º, XXII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, e Art. 7º, IV, Art. 11, XX, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000; Considerando, por fim, a manifestação exarada pelo Sistema de Controle Interno desta Prefeitura, opinando pela adjudicação e homologação do resultado final do certame em favor da empresa declarada vencedora.